



Demonstrações Financeiras

Portoseg S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento

30 de Junho de 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e as correspondentes demonstrações financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao período de 30 de junho de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

- **Receitas de prestação de serviços**

As receitas com operações de crédito, com títulos e valores mobiliários, com prestação de serviços e outras receitas operacionais totalizaram em 2025 R\$1.575,3 milhões, com aumento de 26% em relação ao ano anterior.

- **Resultado do período e por ação**

Em 2025, o lucro totalizou R\$ 113,3 milhões um aumento em relação ao ano anterior de R\$ 19,2 milhões do ano anterior, sendo que o lucro por ação foi de R\$ 6,79 em 2025.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Metas:

- Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.

- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

Meta:

- Comercializar R\$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025–2030.

Guiada para “Cuidar do presente para regenerar o futuro”, Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar — indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico no início do terceiro trimestre mostra os efeitos da política comercial difusa dos EUA. A isto se soma um ambiente doméstico de desempenho ainda sustentado do PIB. A inflação elevada deverá ser atenuada à frente por conta da forte apreciação cambial deste ano, enquanto a incerteza fiscal manterá as expectativas de inflação acima da meta.

Antevemos reduções da taxa Selic a partir do primeiro trimestre de 2026, mas a ausência de forte desaceleração da atividade doméstica e manutenção das expectativas desancoradas limitam a magnitude do ciclo de corte.

Nos EUA, a Guerra Comercial e a política fiscal do novo governo são os principais determinantes da política econômica. O nível final das tarifas de importação, bem como quais parceiros comerciais serão os mais impactados está em aberto.

O segundo trimestre deixou clara a natureza pendular das negociações. Ainda assim, o nível médio das tarifas ficará substancialmente acima dos 2,5% observados em 2024, implicando em redistribuição de custos ao longo da cadeia de produção e consumo dos bens importados.

Há dúvidas consideráveis sobre como esta alteração de custos impactará o equilíbrio geral nos EUA. Por um lado, espera-se atividade mais fraca, o que parece referendado pelo menor ritmo de criação de vagas no setor privado de serviços. Por outro, a elevação de preços importados não significa

imediatamente pressão inflacionária. Os índices de preços ao consumidor divulgados durante o segundo trimestre falharam em mostrar aceleração da inflação.

Nota-se que o diagnóstico não é de recessão, mas ainda assim o ambiente de menos crescimento e inflação permitirá ajuste gradual da taxa de política monetária norte-americana. Esta avaliação será testada caso (i) observe-se forte contração da atividade; (ii) a inflação acelere ou (iii) o ambiente fiscal desafiador se reflita em elevação dos prêmios de risco e impeçam cortes do FED.

A conjuntura doméstica mostra lenta desaceleração em algumas aberturas da atividade econômica, enquanto mercado de trabalho e renda seguem notadamente aquecidos.

Há forças conflitantes atuando sobre a atividade econômica no segundo semestre. Enquanto a política monetária restringe a demanda, a execução fiscal poderá impulsioná-la. O bom desempenho da atividade no começo do ano, junto ao comportamento dos indicadores de alta frequência sugerem crescimento do PIB de 2,5% em 2025.

Com PIB forte e mercado de trabalho aquecido, a inflação mais sensível ao ciclo segue pressionada. No entanto, a combinação de dólar global fraco (e consequente apreciação do BRL) junto a preços de commodities mais baixos beneficia a inflação dos itens comercializáveis do IPCA. Assim, a trajetória esperada da inflação para 2026 torna-se mais benigna e permitirá que o Banco Central reduza a taxa Selic a partir do primeiro trimestre do ano que vem.

Isto ocorre a despeito da posição fiscal delicada da economia brasileira. A trajetória projetada da dívida está em ascensão, com resultado nominal negativo e elevado juro pago sobre a dívida pública. Este tema terá de ser equacionado na segunda metade da década e possivelmente ajuda a manter as expectativas de inflação pressionadas.

Um fator relevante de volatilidade e incerteza é a evolução da relação comercial bilateral entre EUA e Brasil. Dada a característica de nossa pauta de exportação para os EUA e o peso relativamente pequeno das exportações no PIB, o acirramento da relação tende a ter impacto baixo a moderado na atividade. O efeito maior pode ser registrado no prêmio de risco doméstico e no câmbio, revertendo o benefício do dólar fraco sobre a inflação registrado até o momento.

Nota-se ainda que eventual retaliação e/ou escalada do conflito comercial levaria a um efeito relevantemente negativo para a atividade e alto para a inflação (dada a nossa pauta de importação).

Os principais riscos para a economia doméstica são: (i) rápida deterioração na atividade; (ii) piora na trajetória fiscal; (iii) deterioração comercial que impacte o prêmio de risco; (iv) fortalecimento do dólar global.

Dado o cenário prospectivo, o ambiente fiscal desafiador, as expectativas de inflação e os principais riscos para a economia doméstica, há um limitador para a magnitude do ciclo de queda da taxa Selic, que deverá permanecer acima do consistente com seu patamar nominal neutro.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de agosto de 2025.

À Administração.

DIRETORIA

Marcos Roberto Loução	Diretor Presidente
Celso Damadi	Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos
Adriana Pereira Carvalho Simões	Diretora Jurídica e Riscos
Rafael Veneziani Kozma	Diretor de Controladoria
Adriano Arruda de Oliveira	Diretor de Negócios
Nelson Santos Aguiar	Diretor de Negócios
Tiago Violin	Diretor de Negócios
Paulo Sérgio de Carvalho	Diretor

Daniele Gomes Yoshida
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Apresentação dos valores correspondentes do período anterior

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1 às referidas demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Shape the future
with confidence

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Instituição.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº, 2.5, 3.2.4 e 9 (e) e (f), a Instituição possuía provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 2.498.008 mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseada em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração das operações de crédito. Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da Diretoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos parâmetros de cálculo da Perda Esperada, como probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, expectativa de recuperação do instrumento financeiro, cálculo de valor presente, saldo contábil, fator de conversão de crédito e taxa de juros efetiva, desenvolvidos pela Instituição relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das classificações de estágio, ativo problemático, grupos homogêneos, carteiras, definições de renegociação e reestruturação; (iii) garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (iv) análise da avaliação econômica e financeira realizada pela Instituição no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (v) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23; (vi) reconciliação dos registros contábeis com os controles analíticos; e (vii) análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras realizadas pela Diretoria da Instituição.



**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas às provisões adotadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas n.ºs, 2.5, 3.2.4 e 9 (e) e (f), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Instituição é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Instituição. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de agosto de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

Ativo	Nota Explicativa	Junho de 2025	Passivo	Nota Explicativa	Junho de 2025
Disponibilidades		118.601	Ao Custo Amortizado		5.285.515
Caixa e equivalentes de caixa	7	118.601	Depósitos interfinanceiros	14	330.185
Instrumentos financeiros			Depósitos a prazo	14	635.315
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		394.627	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	14	4.320.015
Títulos e valores mobiliários	8	303.501	Relações Interfinanceiras		
Instrumentos financeiros derivativos	17	91.126	Transações de pagamento	15	10.919.840
Ao Custo Amortizado		18.682.556	Outras obrigações		3.423.098
Operações de crédito	9	7.487.063	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.076
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9 (f)	(2.498.008)	Sociais e estatutárias	16,1	15.099
Outros Créditos		13.693.501	Fiscais e previdenciárias	16,2	152.158
Valores a receber relativos a transações de pagamento	10	13.413.302	Provisão para pagamentos a efetuar	16,3	152.543
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(64.556)	Diversas	16,5	2.987.779
Diversos	10	278.041	Provisões para impostos e contribuições diferidas	18	29.218
Outros valores e bens		66.714	Provisões judiciais	16,4.1	79.225
Ativos fiscais diferidos	11	1.078.476			
Investimento em entidade controlada em conjunto	12	177.657	Patrimônio líquido		887.272
Intangível	13	63.808	Capital social	19	654.117
"Software"		71.040	Reservas de lucros		247.925
(-) Amortizações		(12.509)	Ajustes de avaliação patrimonial		43.224
Outros intangíveis		43.974	Prejuízos Acumulados		(57.994)
(-) Amortizações		(38.697)			
Total do ativo		20.515.725	Total do passivo e patrimônio líquido		20.515.725

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**Demonstração do resultado para o semestre findo em 30 de junho de 2025****(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)**

	Nota Explicativa	Junho de 2025
Receitas da intermediação financeira		1.575.346
Operações de crédito	20	1.528.463
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		46.883
Despesas da intermediação financeira		(320.664)
Operações de captação no mercado	21	(328.699)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		8.035
Resultado bruto da intermediação financeira		1.254.682
Outras receitas/(despesas) operacionais		(1.097.968)
Receita de prestação de serviços	22	724.518
Despesas com pessoal		(64.757)
Outras despesas administrativas	22.1	(422.761)
Despesas tributárias	23	(111.734)
Outras receitas operacionais	24	47.094
Outras despesas operacionais	25	(1.270.328)
Resultado de equivalência patrimonial	12	12.081
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		168.795
Imposto de renda	11.2	(141.347)
Contribuição social	11.2	(85.003)
Ativo fiscal diferido	11.2	188.422
Participações nos lucros		(17.599)
Resultado do semestre		113.268
Quantidade de ações (mil)		16.676
Resultado do semestre por ação básico e diluído	27	6,7923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(em milhares de reais)

	Junho de 2025
Resultado do semestre	113.268
Outros resultados abrangentes	(51.844)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre:	
Resultado com "hedge"	(86.370)
Efeitos tributários sobre resultado com "hedge"	34.548
Ganhos e perdas atuariais	(37)
Efeitos tributários sobre resultado com ganhos e perdas atuariais	15
Total dos resultados abrangentes para o semestre, líquido de efeitos tributários	61.424

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutárias	Outras			
Saldo em 31 de dezembro de 2024		654.117	94.852	252.234	6.928	95.068	—	1.103.199
Ajustes na adoção inicial da Resolução CMN 4.966/21	2.1	—	—	—	—	—	(133.465)	(133.465)
Saldos em 1º de Janeiro de 2025								
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		—	—	(102.621)	—	—	—	(102.621)
Reconhecimento pagamento em ações		—	—	—	5.668	—	—	5.668
Ações alienadas		—	—	—	(9.136)	—	—	(9.136)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	—	(51.844)	—	(51.844)
Resultado do semestre		—	—	—	—	—	113.268	113.268
JCP intercalares		—	—	—	—	—	(37.797)	(37.797)
Saldo em 30 de junho de 2025		654.117	94.852	149.613	3.460	43.224	(57.994)	887.272

(em milhares de reais)

	Junho de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do semestre	113.268
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(8.035)
Resultado de equivalência patrimonial	(12.081)
Amortizações	8.067
Efeito taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	6.290
Lucro líquido ajustado	107.509
Variações de ativos e passivos	(38.474)
Variação em títulos e valores mobiliários	(144.412)
Variação em operações de crédito	(438.320)
Variação em outros créditos	(717.972)
Variação em outros valores e bens	(29.707)
Variação em instrumentos financeiros derivativos	57.782
Variação em depósitos interfinanceiros	330.185
Variação em depósitos a prazo	407.683
Variação em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	317.726
Variação em obrigações por empréstimos e repasses	328.445
Variação em outras obrigações	284.637
Caixa consumido pelas operações	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(106.076)
Juros sobre captação de recursos pagos	(328.445)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	69.035
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de imobilizado e intangível	(24.665)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	(24.665)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(139.127)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(139.127)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(94.757)
Efeito taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	6.290
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	219.648
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	118.601

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”) é uma instituição financeira privada, constituída em 9 de novembro de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 26 de dezembro de 2001, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B, 4º andar - Campos Elíseos – São Paulo – SP, com o objetivo de realizar financiamentos para aquisição de bens, serviços e capital de giro, a prestação de serviços de conta de pagamento, emissão e gestão de instrumentos de pagamento, e facilitação de transferências, bem como a execução de remessas de fundos, conversão entre moeda física, escritural e eletrônica, conforme regulamentos do Banco Central. A Instituição faz parte da Vertical Financeira, sendo uma controlada direta da Porto Negócios Financeiros.

A Instituição possui a seguinte participação:

	Classificação	Consolidação	Junho de 2025
			Participação (%) Direta
ConectCar	Entidade controlada em conjunto	Por equivalência patrimonial	50,00

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referendados pelo BACEN.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, Resolução CMN nº 4.818/20, Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Conforme o artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os novos critérios estabelecidos pela norma deverão ser aplicados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2025. A Administração optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, contudo, em algumas notas explicativas disponibilizamos os dados históricos de 01/01/2025.

O impacto da adoção inicial, relativo às perdas esperadas e mudança de prazo de stop accrual para 90 dias, estão reconhecidos em contrapartida do Patrimônio Líquido.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 12 de agosto de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Instituição possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Instituição opera.

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO - CONTROLADA EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Instituição tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto (“joint ventures”) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

2.5 ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Resolução CMN nº 5.185/24, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: altera a Resolução nº 4.818/20, tornando obrigatória a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, registradas como companhias abertas que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), onde a Instituição se enquadra.

Conforme faculta a Resolução CMN nº 5.185/24, a Instituição irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do exercício de 2028.

Resolução BCB nº 352/23, aplicável a partir de 01 de janeiro 2025 – Operações de Hedge: a Resolução BCB nº 352/23 é adotada pela Instituição desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante às operações de hedge, a resolução estabelece que a reclassificação dessas operações para as novas categorias somente ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

CPC 26 (IFRS 18) – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. O CPC está trabalhando na tradução e adaptação da IFRS 18 para o contexto brasileiro, com o objetivo de emitir um novo pronunciamento técnico que a incorpore ao sistema contábil nacional. Espera-se que a nova norma entre em vigor substituindo o CPC 26 (R1).

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a

Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

IMPACTOS ESTIMADOS PARA APURAÇÃO DOS IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

No dia 17 de novembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.467, conversão da Medida Provisória nº 1.128/22, que estabelece um novo tratamento tributário referente às perdas sofridas em função do não recebimento de créditos das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias (operações inadimplidas) mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência, com o objetivo de alinhar as normas tributárias e contábeis, visando reduzir as vulnerabilidades associadas aos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de créditos e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e não tenham disso deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IRPJ e da CSLL à razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. Ainda para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir:

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.1. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os modelos de negócios e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021:

Ativos financeiros ao custo amortizado (CA):

O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas.

Valor justo em outros resultados abrangentes (“VJORA”):

O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas.

Valor justo no resultado (“VJR”):

Operações que sejam geridas dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja gerar retorno somente pela venda. Operações que não se enquadrem nas categorias anteriores ("categoria residual").

Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve alteração nas classificações dos níveis no período de 30 de junho de 2025.

3.2.2 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

São aplicadas as disposições constantes da Resolução BCB nº 352/2023. As operações de crédito com cartões de crédito e de crédito direto ao consumidor, são registradas a valor presente, calculado “pro rata die” com base na taxa de juros efetiva, até o momento em que o instrumento se caracterizar como ativo problemático. Um ativo é designado como problemático quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou dos encargos, ou de algum evento que se caracterize como inadimplência (default).

Os ativos financeiros relativos à transações de pagamentos são recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por teste de “impairment” (recuperação) a cada data de balanço.

3.2.3 TAXA DE JUROS EFETIVA

Os ativos mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, equalizando o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A Instituição optou método diferenciado de apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro. Além disso, optou pelo não reconhecimento dos custos imateriais, conforme disposto no art. 13 da Res. BCB nº 352/23.

3.2.4 PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A Resolução CMN nº 4.966/2021 determina a adoção de modelo de perdas esperadas, no qual reconhecemos as perdas esperadas associadas ao risco de crédito desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando os efeitos do passado, a situação presente e as expectativas futuras (“forward looking”).

A Instituição alocou os instrumentos financeiros em três estágios:

- Estágio 1: Apuração da perda de crédito esperada considerando os eventos de inadimplência possíveis para o horizonte de 12 meses em cenário de operações em dia ou com pouco atraso (menos de 30 dias).
- Estágio 2: Apuração da perda de crédito esperada considerando os eventos de inadimplência possíveis ao longo da vida do instrumento financeiro em cenário com aumento significativo do risco de crédito.
- Estágio 3: Apuração da perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação de crédito, cenário em que eventos de inadimplência foram materializados (incluindo, mas não se limitando, a atrasos superiores a 90 dias, recuperações judiciais ou extrajudiciais, etc.). Para os instrumentos alocados nesse estágio, A Instituição aplicará os níveis de provisão mínimos estabelecidos para perdas incorridas associadas ao risco de crédito nos ativos financeiros inadimplidos, conforme determinado pelo Anexo I da Resolução BCB nº 352/2023 ou seu modelo interno, aplicando aquele que resultar em um nível de provisão maior.

3.2.5 ATIVO PROBLEMÁTICO E "STOP ACCRUAL"

As rendas das operações de crédito vencidas após 90 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no estágio 3, que posteriormente, deixarem de ser caracterizadas como ativo com problema de recuperação de crédito, podem ser realocadas para o estágio 1 ou 2.

A provisão para perdas esperadas associadas às operações de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação do risco de crédito embutido nas operações.

3.2.6 BAIXA DE ATIVO FINANCEIRO

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/21, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou;
- O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.
- Dado os estudos feitos pela Instituição, o write-off (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) foi definido em 18 meses (540 dias), sendo três meses de atraso mais 15 meses até o lançamento à prejuízo e o valor da LGD considerando o desempenho de recuperação até 60 meses.

3.2.6 RENEGOCIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO

As renegociações são os acordos que impliquem em alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

As reestruturações implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração do crédito. Não havendo até o momento operações classificadas como reestruturadas. Conforme faculdade prevista na Resolução CMN nº 5.146/24, na classificação de operações reestruturadas, iremos utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação para apuração do valor presente dos fluxos de caixas contratuais reestruturados até dezembro de 2026.

3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1. INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pelo Grupo Porto, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Instituição documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 17.

3.4 ATIVO INTANGÍVEL

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do período quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Instituição reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado.

O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável (“impairment”) a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável (“impairment”) utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear.

3.5 PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de depósitos interfinanceiros e a prazo, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

3.6 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Instituição e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada

pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.7 RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado “accrual” até o 90º dia de atraso; após o 90º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

3.8 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- da realização dos tributos diferidos;
- das provisões e contingências para processos judiciais; e
- perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Instituição, dados os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Instituição adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Instituição dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Instituição para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Em observância às regras do Banco Central do Brasil, a Instituição divulga o Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório encontra-se disponível no site da Porto Seguro (<https://ri.portoseguro.com.br/informacoes-aos-acionistas/conglomerado-prudencial/>).

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por parte do tomador, emissor ou contraparte nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência, provisões, recuperação de crédito, concentração da carteira e a relação entre despesas e receitas.

Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores.

A mensuração da provisão de Risco de Crédito é realizada com base na probabilidade de inadimplência (PD), exposição em caso de inadimplência (EAD), perda dada a inadimplência (LGD) e concentração de tomadores, em conformidade com as regulamentações vigentes, como a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A concentração do portfólio de investimentos da Instituição está alocada em 100,0% em risco soberano.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de estresse;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução BCB nº 111/2021 do BACEN e suas alterações posteriores.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas a “hedge” de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos (“hedge”) das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Instituição, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.5 RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo BCB nº 139, CMN nº 5.185, CVM nº 218/2024 e CVM nº 217/2024, e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Instituição, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementado mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental — incluindo o uso excessivo de recursos naturais — e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Instituição implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade — reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basileia apurados de acordo com as normas do BACEN.

	Junho de 2025
Capital regulamentar	
Nível I	1.900.039
Capital principal	1.604.121
Capital complementar	295.917
Nível II	619.809
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	619.809
Patrimônio de referência = nível I + nível II (A)	2.519.847
Exigibilidades ponderadas pelo risco:	
De crédito	19.135.049
De mercado	94.322
Operacional	1.937.397
Ativos ponderados pelo risco (B)	21.166.769
Patrimônio de referência mínimo requerido (C)	2.222.511
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C)	297.337
Índice de capital (A/B)	11,90%

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Junho de 2025
Depósitos bancários	114.399
Equivalentes de caixa (*)	4.202
	118.601

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) mensuradas ao valor justo.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO)

	Junho de 2025
	Total
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado	
Fundos abertos	
Cotas de fundos de investimentos	284.808
	284.808
Fundos exclusivos	
LFTs	18.693
	18.693
Total	303.501

A receita com títulos e valores mobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do período na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”.

Os títulos e valores mobiliários avaliados ao valor justo são classificadas como “Nível 1” na hierarquia de valor justo.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO (CUSTO AMORTIZADO)

(a) POR TIPO DE OPERAÇÃO

	Junho de 2025
Operações de crédito	
Cartão de crédito (i)	4.739.989
Financiamentos	1.139.322
Empréstimos	1.607.752
	7.487.063

(i) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vencidas ou parceladas, com os juros e rotativos.

(b) POR SETOR DE ATIVIDADE

	Junho de 2025
Setor privado	
Pessoas físicas	6.786.984
Comércio	15.994
Intermediadores financeiros	23.829
Indústria	80
Outros serviços (*)	660.176
	7.487.063

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a prestadores de serviços do grupo Porto.

(c) POR FAIXA DE VENCIMENTO

	Junho de 2025
A vencer	
Até 90 dias	2.040.824
De 91 a 360 dias	24.351
Acima de 360 dias	1.537
Vencidos	
Até 14 dias	1.655.763
Acima de 14 dias	3.764.588
	<u>7.487.063</u>

(d) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

	Junho de 2025
1 a 10 maiores devedores	92.102
11 a 60 maiores devedores	81.004
61 a 160 maiores devedores	87.319
Demais devedores	7.226.638
	<u>7.487.063</u>

(e) POR ESTÁGIOS

	Estagio 1	Estagio 2	Estagio 3	Junho de 2025
Cartão de Crédito	950.332	1.054.634	2.735.023	4.739.989
Financiamentos	903.514	145.779	88.536	1.137.829
Empréstimos	1.398.677	110.428	100.140	1.609.245
Total	3.252.523	1.310.841	2.923.699	<u>7.487.063</u>
(-) Provisão para Perda Esperada Associadas ao Risco de Crédito	(47.107)	(200.178)	(2.250.723)	<u>(2.498.008)</u>
Líquido de Provisão	3.205.416	1.110.663	672.976	<u>4.989.055</u>

(f) TRANSFERÊNCIA ENTRE OS ESTÁGIOS

	1º Janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Const./ Reversão	Write-Off	Jun/25
Estágio 1	79.220	—	(65.229)	(3.333)	—	24.445	1.364	10.675	(2)	47.139
Cartão de crédito	32.227	—	(52.671)	(2.117)	—	23.477	554	9.666	—	11.136
Empréstimo	29.478	—	(8.607)	(873)	—	413	413	8.102	(1)	28.926
Financiamento	17.515	—	(3.951)	(343)	—	555	397	(7.094)	(2)	7.077
Estágio 2	275.786	(24.445)	—	(509.924)	65.229	—	34.853	364.257	(5.573)	200.183
Cartão de crédito	260.861	(23.477)	—	(488.179)	52.671	—	3.649	380.926	(5.367)	181.085
Empréstimo	8.852	(413)	—	(15.491)	8.607	—	12.654	(2.686)	(6)	11.517
Financiamento	6.074	(555)	—	(6.254)	3.951	—	18.549	(13.982)	(201)	7.582
Estágio 3	1.312.842	(1.364)	(34.853)	—	3.333	509.849	—	591.104	(130.226)	2.250.685
Cartão de crédito	1.228.473	(554)	(3.649)	—	2.117	488.104	—	510.977	(117.278)	2.108.189
Empréstimo	45.760	(413)	(12.654)	—	873	15.491	—	32.435	(5.016)	76.474
Financiamento	38.610	(397)	(18.549)	—	343	6.254	—	47.692	(7.931)	66.022
Consolidado	1.667.848	(25.809)	(100.081)	(513.256)	68.562	534.293	36.217	966.036	(135.801)	2.498.008

(g) RENEGOCIÇÃO E REESTRUTURAÇÃO

	Carteira					Junho de 2025
	C1	C2	C3	C4	C5	
Baixados						
Novos instrumentos Reconhecidos	-	-	-	-	1.168.698	1.168.698
Total	-	-	-	-	1.168.698	1.168.698

10. OUTROS CRÉDITOS (CUSTO AMORTIZADO)

	Junho de 2025
Títulos e créditos a receber (i)	13.413.302
Cartão de crédito	163.750
Impostos a compensar	28.881
Depósitos judiciais	55.020
Adiantamento a fornecedores e funcionários	6.085
Transações com partes relacionadas (ii)	1.459
Outros	22.846
	13.691.343

(i) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes. (Vide nota explicativa nº15).

(ii) Vide nota explicativa nº 26.

11. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	Junho de 2025
Diferenças temporárias decorrentes de:	
Provisão para riscos de créditos	966.929
Outras provisões	92.062
Provisão para obrigações legais	9.431
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	4.686
Provisão de participação de lucros	5.368
	1.078.476

11.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	245.912	269.123	90.703	88.813	88.804	295.121	1.078.476

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Junho de 2025
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	151.195
Alíquota vigente	40 %
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(60.478)
Equivalência patrimonial	4.832
Juros sobre capital próprio	15.119
Depósitos judiciais	818
Doações/ incentivos	1.453
Participação nos lucros - administradores	(1.555)
Outros	1.883
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	22.550
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	(37.928)
Taxa efetiva (D/-A)	25,1 %

12. INVESTIMENTO EM ENTIDADE CONTROLADA EM CONJUNTO

	Saldo em 31 Dezembro de 2024	Resultado equivalência patrimonial	Saldo em 31 Junho de 2025
ConectCar	129.187	12.081	141.268
Combinação de negócios (i)	36.389	—	36.389
	165.576	12.081	177.657

(i) Ativos contemplados nos investimentos da Instituição referem-se à combinação de negócios celebrada em contrato em junho de 2021 com a ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar").

13. INTANGÍVEL

	Junho de 2025		
Taxas amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
"Software"	71.040	(12.509)	58.531
Ágio - ConectCar (i)	43.974	(38.697)	5.277
	115.014	(51.206)	63.808

(i) Vide nota explicativa nº 12.

14. DEPOSITOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS (CUSTO AMORTIZADO)

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	De 13 a 24 meses	Acima de 24 meses	Junho de 2025
Recursos de letras financeiras (i)	473.643	626.311	1.103.194	2.116.867	4.320.015
Depósitos interfinanceiros - DI	330.185	—	—	—	330.185
Depósitos a prazo - CDB	80.958	257.429	296.928	—	635.315
	884.786	883.740	1.400.122	2.116.867	5.285.515

(i) Captação de recursos remunerados ao CDI.

15. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Referem-se a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartões de crédito.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

16.1 SOCIAIS E ESTATUTARIAS

Refere-se à participação nos lucros dos funcionários e dos dividendos a pagar.

16.2 FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Junho de 2025
Imposto de renda	76.267
Contribuição social	52.202
Cofins	14.910
Pis	2.478
ISS	2.668
INSS	3.130
Outros	503
	152.158

16.3 PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	Junho de 2025
Provisão de benefícios a empregados	10.480
Fornecedores	112.344
Partes relacionadas (i)	27.409
Comissão a pagar	2.031
Outros	279
	152.543

(i) Vide nota explicativa 26.

16.4 PROVISÕES JUDICIAIS

16.4.1. PROVÁVEIS

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Junho de 2025
Fiscais (a)	67.507
Cíveis	8.393
Trabalhistas	3.325
	79.225

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Junho de 2025
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (i)	50.201
PAT	4.364
PIS	1.809
COFINS	11.133
	67.507

(i) O risco total estimado desta ação refere-se ao questionamento, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. Atualmente, aguarda-se a conversão em renda dos depósitos realizados neste processo, tendo em vista a ocorrência de trânsito em julgado desfavorável à empresa.

16.4.2. POSSÍVEIS

A Instituição é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Junho de 2025
Fiscais	8.724
Cíveis	6.689
Trabalhistas	173
	15.586

16.5 DIVERSAS

	Junho de 2025
Operações com cartão de crédito	2.792.686
Programa de incentivo - cartão de crédito	162.884
Benefícios Pós-Emprego	1.732
Outras	30.477
	<u>2.987.779</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Junho de 2025
Parcela efetiva - valor justo	
Contrato de swap	(1.553.178)
Passivo financeiro (objeto de hedge)	1.626.345
Total (A)	<u>73.167</u>
Parcela Inefetiva (B)	<u>(557)</u>
Estratégias - Curva	
Contrato de swap	(2.255.729)
Hedge de captações	2.273.688
Total (C)	<u>17.959</u>
Instrumentos financeiros (A+C)	91.126
Impacto no Patrimônio Líquido (bruto de impostos) (A+B)	72.610
Impacto no Patrimônio Líquido (líquido de impostos)	43.566

18. PROVISÕES PARA IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS

O saldo refere-se principalmente ao passivo diferido sobre instrumentos financeiros derivativos de “swap”, conforme nota explicativa nº 17..

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 654.117, dividido 16.675.720 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas. Em 30 de junho de 2025 seu saldo era de R\$ 94.852.

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 30 de junho de 2025, seu saldo era de R\$ 149.613.

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2025, a Administração da Instituição aprovou, em reuniões da Diretoria, a distribuição de dividendos com base nas reservas de lucros. Todos os valores foram integralmente pagos na data de suas respectivas aprovações.

No período também foram aprovados e pagos JCP, conforme detalhamento abaixo:

Dividendos (destinação de 2024)	Valor Aprovado
27 de fevereiro de 2025	4.379
Dividendos (reserva de lucros)	Valor Aprovado
27 de fevereiro de 2025	42.621
28 de abril de 2025	30.000
29 de maio de 2025	20.000
30 de junho de 2025	10.000
Total	102.621
Total Dividendos	107.000
JCP (destinação de 2024)	Valor Aprovado
25 de março de 2025	18.750
30 de junho de 2025	19.047
Total JCP	37.797

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Instituição e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Instituição, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os direitos já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Instituição e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2024, sendo a totalidade das ações entregues aos beneficiários a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2023 e término previsto para 2025, sendo que 50% das ações transferidas a cada ciclo está sujeita a um período de restrição de 2 (dois) anos contados da transferência das ações; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 4 (quatro) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2025, a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Instituição. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Instituição.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Junho de 2025
Saldo inicial	6.927
Diferimento do semestre	5.668
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(9.136)
Saldo final	3.459
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	36,11

	Quantidade
	Junho de 2025
Saldo inicial	314
Diferimento do semestre	103
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(231)
Saldo final	186

20. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	Junho de 2025
Cartão de crédito	1.176.706
Financiamentos	224.841
Empréstimos	119.612
Juros de mora	7.304
	1.528.463

21. OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	Junho de 2025
Despesas letras financeiras	(267.282)
Despesas de depósitos a prazo	(34.865)
Despesas depósitos interfinanceiros	(26.299)
Outros	(253)
	(328.699)

22. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Junho de 2025
Receita de "interchange" (*)	448.078
Tarifas - "private label"	252.942
Outras	23.498
	724.518

(*) Refere-se à remuneração proveniente de percentual sobre as transações processadas no cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

22.1 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Junho de 2025
Processamento de dados e comunicação	(281.293)
Comissões	(29.822)
Custo corporativo	(17.179)
Infraestrutura	(6.296)
Divulgações e publicidade	(316)
Outras	(87.855)
	(422.761)

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Junho de 2025
COFINS	(80.405)
ISS	(15.490)
PIS	(13.067)
IOF	(2.737)
Outros	(35)
	(111.734)

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Junho de 2025
Receita de variação cambial	22.810
Receitas de incentivo - cartão de crédito	15.472
Contingências	943
Outras	7.869
	47.094

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Junho de 2025
Despesas com recuperação	(762.906)
Desconto concedido	(144.154)
Programa de fidelização	(131.011)
Certificações	(102.810)
Despesas bancárias e de cobrança	(63.141)
Outras	(66.306)
	(1.270.328)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com as empresas do Grupo;
- (ii) Seguro prestamista com a Porto Cia;
- (iii) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e headcount entre elas;
- (iv) Serviços de “Call Center” contratados da Porto Atendimento;
- (v) Serviços de intermediação, administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros pela Crediporto;
- (vi) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- (vii) Serviços de assistência automotiva (remoções de veículos apreendidos), pela Porto Assistência;
- (viii) Intermediação e agenciamentos de débitos veiculares pela Porto Serviços e Comércio, oferecidos aos clientes do cartão Porto;
- (ix) Aquisição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização; e
- (x) Serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Porto Gestora e Porto Asset Management.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo	Passivo
	Junho de 2025	Junho de 2025
Porto Consórcio	1.143	—
Portopar	136	—
CDF S.A.	106	—
Porto Vida e Previdência	74	—
Porto Capitalização	—	1.683
Crediporto	—	92
Porto Cia	—	25.634
	1.459	27.409

	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
	<u>Junho de 2025</u>	<u>Junho de 2025</u>
Porto Cia	24.098	(134.063)
Porto Consórcio	5.893	—
Azul Seguros	5.380	—
CDF S.A	999	(33)
Porto Capitalização	477	—
Portopar	363	—
Porto Vida e Previdência	160	—
Proteção e Monitoramento	1	—
Porto Seguro Gestora de Recursos	—	(95)
Porto Serviços e Comércio	—	(3.219)
Porto Atendimento	—	(41.566)
Porto Saúde	—	(3.675)
Crediporto	—	(29.815)
Porto Assistência Participações	—	(314)
	<u>37.371</u>	<u>(212.780)</u>

27. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Instituição é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período.

A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41– Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Junho de 2025</u>
Resultado atribuível aos acionistas da Instituição	113.268
Média ponderada do número de ações durante o semestre	16.676
Resultado por ação básico e diluído	<u>6,7923</u>

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

28.1 RESULTADO NÃO RECORRENTE

Não houve no período, resultados não recorrentes com necessidade de divulgação de forma segregada.
